


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**
**FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**
**3ª VARA CÍVEL**

Rua Vinte e Três de Maio, 107 - Vila Tereza

CEP: 09606-000 - São Bernardo do Campo - SP

Telefone: (11) 4330-1011 - E-mail: saobernardo3cv@tjsp.jus.br

**DECISÃO**

Processo n.º: 1028709-58.2018.8.26.0564  
 Classe – Assunto: Recuperação Judicial – Concurso de Credores  
 Demandante: MARTIN BIANCO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. e outro  
 Demandado: Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>

N.º 2018/001789.

1. Consta-se que “a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”<sup>1</sup>.

Ademais, “estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial [...]”<sup>2</sup>.

De mais a mais, às págs. 219-224 e 239-241, do ilustríssimo senhor **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**, constata-se a regularidade da documentação das demandantes.

Assim, acolhe-se o pedido de processamento da recuperação judicial de **MARTIN BIANCO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**<sup>3</sup> e **MARTIN BIANCO COMPRESSORES PECAS E SERVIÇOS – EIRELI**<sup>4</sup>.

Como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei 11.101/2005), nomeia-se **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**. Intime-se-o para que, em 48 (quarenta e oito) horas, assine o Termo de Compromisso (arts. 21 e 33 da Lei 11.101/2005), sob pena de nomeação de outro administrador (art. 34 da Lei 11.101/2005).

No prazo de 10 dias, deverá o administrador judicial apresentar proposta de honorários. Caso necessária contratação de auxiliares (contador, advogados etc.), deverá apresentar contrato, em 10 dias.

Caberá ao administrador judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pelas devedoras.

Deverá o administrador judicial protocolar o primeiro relatório mensal como incidente

<sup>1</sup> Lei n.º 11.101, de 9/2/2005, art. 47.

<sup>2</sup> Lei n.º 11.101, de 9/2/2005, art. 52, *caput*.

<sup>3</sup> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CNPJ n.º 50.154.558/0001-08.

<sup>4</sup> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CNPJ n.º 15.704.308/0001-95.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

3ª VARA CÍVEL

Rua Vinte e Três de Maio, 107 - Vila Tereza

CEP: 09606-000 - São Bernardo do Campo - SP

Telefone: (11) 4330-1011 - E-mail: saobernardo3cv@tjsp.jus.br

à recuperação judicial; os relatórios mensais subsequentes deverão ser direcionados ao incidente então instaurado.

Nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, determina-se dispensa da apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; deverão as devedoras observar o art. 69 da Lei 11.101/2005, devendo o nome empresarial ser seguido da expressão "em Recuperação Judicial".

Deverão as devedoras providenciar comunicação às respectivas Juntas Comerciais onde conste, além da alteração do nome com a expressão "em Recuperação Judicial", a data do deferimento do processamento da recuperação e os dados do administrador judicial, comprovando, nos autos, o encaminhamento da comunicação, em 15 dias.

Determina-se, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras, na forma do art. 6º da Lei 11.101/2005, permanecendo os autos no juízo onde se processam; ressalvam-se ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei 11.101/2005 e relativas a créditos excetuados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da Lei 11.101/2005. Às devedoras incumbirá a comunicação dessa ordem de suspensão.

Determina-se a apresentação, pelas devedoras, de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da Lei 11.101/2005). O primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial; os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser direcionados ao mesmo incidente.

Deverão as devedoras providenciar a expedição e encaminhamento de comunicação, por carta, às Fazendas Públicas Federal e dos Estados e Municípios em que tiver estabelecimentos (art. 52, V, da Lei 11.101/2005). Na comunicação deverá constar o conteúdo dessa decisão ou cópia. Prazo: 15 dias, comprovando-se.

Determina-se a expedição de edital, na forma do § 1º do art. 52 da Lei 11.101/2005, com o prazo de 15 dias para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas ao administrador judicial, no seu endereço eletrônico, que deverá constar do edital; concede-se o prazo de 48 horas para as devedoras apresentarem a minuta do edital, em arquivo eletrônico. Caberá à serventia calcular o valor a ser recolhido para publicação, intimando por telefone o advogado das devedoras, para recolhimento em 24 horas. No mesmo ato,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

3ª VARA CÍVEL

Rua Vinte e Três de Maio, 107 - Vila Tereza

CEP: 09606-000 - São Bernardo do Campo - SP

Telefone: (11) 4330-1011 - E-mail: saobernardo3cv@tjsp.jus.br

deverá ser intimado para providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação na mesma data em que publicado em órgão oficial. Deverá a serventia disponibilizar, imediatamente, o endereço digital do administrador judicial.

Deverá o administrador judicial, quando da apresentação da relação prevista no art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, providenciar minuta do respectivo edital, em mídia e em formato de texto, para publicação na Imprensa Oficial.

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53 da Lei 11.101/2005, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência.

Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 dias para objeções, devendo as devedoras providenciar, no ato da apresentação do plano, minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação.

Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005), eventual impugnação (art. 8º, da Lei 11.101/2005) deverá ser protocolada como incidente à recuperação judicial (art. 8º, parágrafo único, da Lei 11.101/2005); não deverá ser objeto de distribuição.

Advertem-se as devedoras que o descumprimento dos respectivos ônus e obrigações poderá determinar a convalidação dessa recuperação judicial em falência.

Admoesta-se o administrador judicial que o descumprimento dos seus ônus, obrigações e determinações judiciais poderá acarretar, conforme o caso, substituição ou destituição, sem prejuízo de procedimento administrativo voltado ao seu descadastramento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo.

2. Intime(m)-se.

São Bernardo do Campo, 19 de dezembro de 2018.